



Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete da Vereadora Larissa Gaspar

REQUERIMENTO N. 0790/2020 -

Requer a transcrição nos Anais desta Casa a matéria publicada no dia 12 de Fevereiro de 2020, no UOL intitulada: Isenção a agrotóxico é quase 4 vezes a verba do Ministério do Meio Ambiente.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

A Vereadora subscrita abaixo, no uso de suas atribuições legais, vem, na forma regimental, requerer que, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa a matéria publicada no dia no dia 12 de Fevereiro de 2020, no UOL intitulada: Isenção a agrotóxico é quase 4 vezes a verba do Ministério do Meio Ambiente.

Nestes termos,

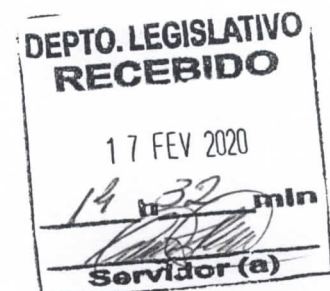
Pede deferimento.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 17 DE Fevereiro DE 2020.

Larissa Gaspar

Larissa Gaspar – PT

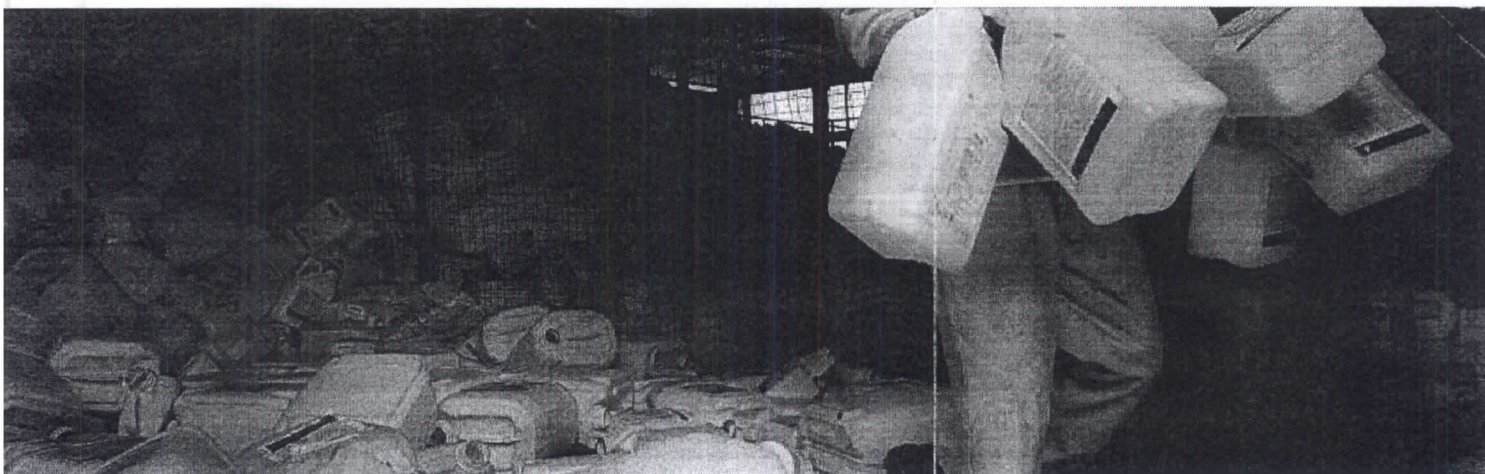
Vereadora de Fortaleza



NOTÍCIAS

MEIO AMBIENTE

Isenção a agrotóxico é quase 4 vezes a verba do Ministério do Meio Ambiente



Local de descarte de embalagens de agrotóxicos em Lucas do Rio Verde, onde a média de exposição dos habitantes por agrotóxico é bem superior à média nacional

Imagem: Lunaé Parracho/Repórter Brasil



Por Mariana Della Barba, Diego Junqueira e Pedro Grigori*

12/02/2020 04h04

Topo

As empresas que produzem e vendem agrotóxicos no Brasil operam embaladas por um pacote de benefícios que, somente com isenções e reduções de impostos, soma quase R\$ 10 bilhões por ano. O estudo que revela essa cifra foi produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O valor que o governo federal e os estados deixam de arrecadar com a isenção fiscal aos pesticidas é equivalente a quase quatro vezes o orçamento total previsto para o Ministério do Meio Ambiente neste ano (R\$ 2,7 bilhões) e mais que o dobro do que o SUS gastou em 2017 para tratar pacientes com câncer (R\$ 4,7 bilhões).

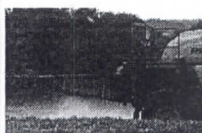
RELACIONADAS



Governador de SC cria ICMS 'verde' e irrita bolsonaristas



Justiça suspende liminar que proibia o uso de 63 agrotóxicos



Jornal francês volta a denunciar uso abusivo de agrotóxicos no Brasil

"Nosso estudo deixou claro que é o momento de a sociedade refletir sobre os subsídios aos agrotóxicos. Primeiro porque estamos em uma crise fiscal, em que os subsídios de vários setores estão sendo repensados. Mas principalmente pelo tamanho do valor que deixa de ser arrecadado", afirma o coautor do estudo Wagner Soares, economista e professor de mestrado do programa de Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

Essa "bolsa-agrotóxico" inclui ainda investimentos públicos milionários em giga-transnacionais do setor.



Levantamento feito pela **Repórter Brasil** e a **Agência Pública** mostra que, nos últimos 14 anos, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) emprestou R\$ 358,3 milhões a empresas do setor (com juros subsidiados pelo governo).

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), agência do governo que financia inovação em empresas, transferiu R\$ 390 milhões a grandes produtores de pesticidas para pesquisa e inovação.

Os investimentos e a manutenção das isenções vão na contramão das promessas do ministro da Economia Paulo Guedes de passar um pente-fino nas renúncias fiscais como forma de reduzir o déficit nas contas do governo. Durante a campanha presidencial de 2018, Guedes levantou a possibilidade de reduzir as isenções em até 20%. Entre as propostas está voltar a cobrar impostos dos alimentos da cesta básica. Questionado se pretende rever tais renúncias, o Ministério da Economia não se pronunciou.

Questionamento no STF

As isenções e outras benesses ao setor de agrotóxicos são questionadas por quem acompanha de perto o orçamento público. "É como se você morasse em um prédio e o seu vizinho não pagasse o condomínio. E sujasse a piscina e o salão de festas, gerando mais gastos para todos. Esses benefícios dão para as grandes empresas do agronegócio o bônus, enquanto o prejuízo fica para a sociedade", explica o defensor público do estado de São Paulo, Marcelo Novaes, que há anos investiga o tema.

As renúncias fiscais são amparadas por leis implementadas há décadas que veem os pesticidas como fundamentais para o desenvolvimento do país e que, por isso, precisam de estímulos — como ocorre com a cesta básica.

Mas esse cenário de benefícios para as empresas de pesticidas pode mudar a partir de 19 de fevereiro, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a lógica de considerar os agrotóxicos como itens fundamentais para o desenvolvimento do país.

A ação compara os venenos a categorias como a de cigarros, considerados perigosos à saúde e que geram custos que acabam sendo divididos para toda a população — e que por isso recebem taxa extra, em vez de descontos nos impostos.

Vídeos recomendados

Compartilhar

0:40 / 2:53

Cereais matinais nos EUA têm níveis de agrotóxico 5 vezes acima do limite

BBC Brasil

A comparação com o cigarro, em que até 80% do valor é formado por impostos, é precisa, segundo o professor Andrei Cechin, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). "O cigarro prejudica quem fuma, e o fumante usará o SUS para arcar com o tratamento dessas doenças. Esse gasto é

Topo

socializado, já que toda a população paga pelo SUS. Então se justifica ter um imposto alto sobre o cigarro", explica o professor.

A mesma lógica é válida para os pesticidas, segundo Cechin, porque o custo para o tratamento de casos de contaminação também recai sobre o SUS, o que justificaria a cobrança de uma taxa extra ao setor: "Mas em vez disso nós isentamos e ainda incentivamos o cultivo com agrotóxico."

O ministro da economia já defendeu taxa extra para cigarro e bebidas alcóolicas, no que chamou de "imposto sobre o pecado". No entanto, nenhuma palavra foi dita sobre agrotóxicos.

Em 2017, a Procuradoria-Geral da República emitiu um parecer sobre a ADI no qual a então procuradora-geral Raquel Dodge defende ser inconstitucional dar benefícios e isenções tributárias aos agrotóxicos, já que o "ordenamento constitucional internacional demonstra preocupação com a utilização dos agroquímicos, impondo severas restrições à produção, registro, comercialização e manejo, com vistas à proteção do meio ambiente, da saúde e, sobretudo, dos trabalhadores".

Para além do enquadramento ou não na legislação, o economista Cechin também alerta para o fato de que, assim como acontece com o cigarro, mais dinheiro é gasto para tratar intoxicações por agrotóxico do que com a compra do produto em si. Um estudo publicado na revista Saúde Pública revela que para cada US\$ 1 gasto com a compra de agrotóxicos no Paraná, são gastos US\$ 1,28 no SUS com tratamento de intoxicações agudas — aquelas que ocorrem imediatamente após a aplicação.

O cálculo deixou de fora os gastos em doenças crônicas, aquelas que aparecem com o passar do tempo devido à exposição constante aos pesticidas, como o câncer.

R\$ 10 bilhões por ano

Mesmo diante dos impactos dos agrotóxicos na saúde da população e no meio ambiente, as empresas deixaram de pagar quase R\$ 10 bilhões em impostos federais e estaduais em 2017, e quem mais deixou de arrecadar foram os estados, de acordo com o estudo "Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável", da Abrasco.

A renúncia fiscal apenas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no Rio Grande do Sul daria para cobrir mais da metade do déficit orçamentário do estado em 2017. Já no Mato Grosso, esse valor representa 66% de todo o orçamento da saúde estadual.

As isenções de ICMS nos Estados, que começaram em 1997, são responsáveis pela maior fatia de desoneração de impostos, com 63% total; seguido pelo IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com 16,5%; pelo PIS/Pasep e Cofins, com 15,6%; e, por último, o imposto de importação (II), com 4,8%, conforme o estudo da Abrasco, assinado também pelo pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (Fiocruz) Marcelo Firpo e pelo cientista ambiental Lucas Neves da Cunha.

Segundos os autores, a tese de que reduzir o valor dos agrotóxicos é necessário para manter o preço dos alimentos não se sustenta. "Seria mais razoável subsidiar não o uso de agrotóxico, mas diretamente o consumo do alimento", conclui o estudo, que levou em conta as despesas com pesticidas reportadas pelos produtores rurais no Censo Agropecuário 2017.

Vídeos recomendados

Compartilhar

Topo

1:22 / 1:45

UOL Líderes: Clima leva Brasil a usar muito agrotóxico, diz chefe da Bayer

UOL Notícias

Empréstimos e concentração de mercado

Ainda que os investimentos diretos de verbas do governo ao setor sejam bastante inferiores às isenções de impostos, chama a atenção o fato de as gigantes produtoras de agrotóxicos serem as mais beneficiadas. Entre 2005 e 2019, o governo federal aplicou R\$ 749 milhões por meio do BNDES e da Finep em 18 fabricantes de agrotóxicos, incluindo Monsanto, Syngenta, Ourofino e Dow Agrosiences (hoje Corteva).

Dos recursos investidos em pesquisa em todo o setor farmoquímico desde 2005, a fabricante de agrotóxicos Ourofino foi a terceira mais beneficiada, atrás apenas de Hypera Pharma e Aché, que produzem medicamentos para saúde humana. Fabricante de mais de 30 produtos agrotóxicos, incluindo o glifosato e fipronil, a empresa recebeu R\$ 334,6 milhões em recursos públicos nas divisões de agrotóxicos e pesquisas agrícolas. Procurada, a Ourofino não se manifestou até o fechamento desta reportagem.

Já a Finep reconhece o financiamento direto em agrotóxicos, mas diz também selecionar projetos que buscam substituir pesticidas por produtos biológicos e



Topo

apoiar "projetos inovadores com a premissa de aumento de sua eficiência". **Confira a resposta completa da Finep.**

Alimentos mais caros?

Entidades que representam o setor de agrotóxicos argumentam que suspender a isenção fiscal para agrotóxicos levaria a uma alta no preço dos alimentos com impacto sobre a inflação.

"O fim do benefício impactará os preços dos insumos e, conseqüentemente, pesará sobre o valor da cesta básica. Essa desoneração, portanto, é muito mais benéfica para a sociedade do que para as indústrias", diz Christian Lohbauer, presidente da CropLife Brasil, associação que representa empresas produtoras de agrotóxicos como Basf, Bayer, Corteva, FMC e Syngenta.

Para a Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), o fim dos benefícios fiscais aumentará os custos da produção. "Parte da produção brasileira de grãos, frutas, fibras e hortaliças ficaria inviabilizada, pois ao computar o aumento tributário nos custos de defensivos agrícolas, com o custo da logística de transporte, os riscos climáticos e outros tributos e contribuições do setor, inviabilizaria boa parte das áreas do interior do país", afirmou em nota. **Confira a íntegra do posicionamento da Aprosoja.**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informou que vai aguardar a decisão do STF para se manifestar. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) não quis comentar. Já o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) declarou que "a tributação provocaria aumento nos custos dos alimentos e reduziria a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional". **Confira na íntegra o posicionamento do sindicato.**

Para o economista Cechi, da UnB, é difícil afirmar que o impacto da redução de benefícios aos agrotóxicos chegaria à mesa dos brasileiros, já que grande parte do seu uso vai para commodities, como a soja, e não para alimentos.

"O agrotóxico é utilizado principalmente em culturas que não são alimentos, ou seja, commodities cujos preços são estabelecidos pelo mercado internacional. Não são os produtores que escolhem o preço. Com isso, sem isenção, produtores terão que gastar mais em agrotóxicos, o que vai significar uma margem de lucro menor. O impacto [da redução de benefícios] seria para as empresas do agronegócio."

Em 2015, as plantações de soja foram o destino de 52% da venda de todos os agrotóxicos do Brasil. Milho e cana-de-açúcar aparecem em segundo lugar, com 10% cada, seguidos do algodão, com 7%. Só essas quatro commodities agrícolas representaram 79% do agrotóxico usado no país, segundo dados do Sindiveg.

A "bolsa-agrotóxicos" fica mais controversa se levado em conta que o Brasil é o maior consumidor de pesticidas do mundo em valores totais, e que o setor cresceu 190% entre 2000 e 2010, acima dos 93% do cenário mundial. Além disso, o governo do presidente **Jair Bolsonaro** aprovou um número recorde desses produtos em 2019, beneficiando principalmente as multinacionais.

Tudo diante de um pano de fundo em que há uma concentração de mercado que, na visão do defensor público Marcelo Novaes, prejudica os cofres públicos, já que sem concorrência, as empresas podem manipular preços e ampliar seus lucros. "Somos dominados por cinco grandes multinacionais - Syngenta, Bayer-Monsanto, Basf, Corteva (ex-Dow) e DuPont - que mandam em tudo por serem donas de 80% do setor", afirma o defensor, que denunciou no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) o que considera um oligopólio.

**Pedro Grigori é repórter da Agência Pública*